

## **A QUESTÃO DA LEITURA: RELAÇÕES INTERDISCIPLINARES**

**Jorge Campos da Costa**  
ILA-PUCRS

### **1 – INTRODUÇÃO**

A investigação dos problemas referentes à leitura é, indiscutivelmente, de grande relevância para as ciências da linguagem. Em primeiro lugar, porque se trata de questões significativas para a lingüística teórica, desde os processos psíquicos até os lógicos, envolvidos na linguagem, na constituição do fenômeno leitura. Além disso, porque o ensino no processo de escolarização se estabelece essencialmente sobre o texto escrito, não só nas aulas de língua e literatura, bem como das diversas disciplinas. Finalmente, assume uma especial significação dentro do quadro cultural brasileiro, tendo em vista as transformações por que passa a nossa sociedade, jogada diretamente de uma situação de pré-escrita para a fantasia sofisticadíssima dos meios de massa.

Nesse contexto, parece evidente que a problemática da leitura é de extrema complexidade e envolve fenômenos não homogêneos, exigindo, por isso, a participação conjugada de diversas disciplinas na sua abordagem.

O texto que se segue pretenderá, apenas, organizar, provisoriamente, as diversas possibilidades de análise da questão da leitura e, dentre elas, ressaltar a importância especial que assume a investigação de algumas propriedades essenciais do texto escrito em sua relação com a imagem e a informação, tendo em vista a atividade do leitor.

## 2 – LEITURA E RELAÇÕES INTERDISCIPLINARES

A leitura pode ser, inicialmente, observada a partir da relação leitor-texto para evidenciar-se em seu caráter de fenômeno multiforme. Nesse sentido, a análise pode centralizar-se no sujeito-leitor, no texto escrito, na relação entre ambos, ou mesmo no contexto em que se insere essa relação, estrutural ou historicamente. É necessária, por exemplo, uma abordagem **psicolinguística** que descreva os processos psicológicos subjacentes ao momento da leitura, tanto no que se refere à aquisição do código escrito quanto aos mecanismos que o caracterizam no espaço mental do adulto que lê.

Centralizada no texto, uma investigação não menos importante diz respeito às propriedades sintáticas que constituem a textualidade em suas diversas manifestações, e a forma como elas interferem no processo da leitura. Trata-se, aqui, da necessidade de uma **sintaxe** do texto entendido como função-objeto do leitor.

Os textos, obviamente, assim como uma proposição simples, também referem e fazem-no de um determinado modo. Isso autoriza a existência de uma abordagem **semântica** como a base do estudo da significação, pelo menos dentro de uma inspiração fregeana. É evidente, nesse ponto, a articulação da análise semântica com uma lógica do texto capaz de explicitar a forma como ele possibilita as inferências dedutivas e indutivas do leitor.

Como todo texto está inscrito num contexto real ou possível, também se justifica a investigação **pragmática** que leva em conta questões relativas à ligação entre autor, leitor, momento e situação de leitura que o texto, ao ser lido, efetivamente, envolve.

Finalmente, se a leitura é observada dentro das relações sociais em que se produz, surge a necessidade de se analisarem os aspectos **sociolinguísticos** que a determinam. Não seria forçado dizer que as condições sociais da leitura caracterizam um dos mais importantes fatores a serem avaliados na pedagogia da escolarização do indivíduo.

Evidentemente, a linguística do texto, a análise do discurso, a teoria literária e, até, um certo tipo de pragmática vêm tentando, nesses últimos anos, reunir um corpo conceitual que possa dar

conta das diversas propriedades que constituem o fenômeno leitura. Nem sempre, entretanto, tem havido clareza com relação à necessidade teórica de se estabelecer a diferença dos diversos níveis de observação, bem como das relações interdisciplinares que obrigatoriamente participam da análise desse fenômeno.

## 3 – LEITURA, HISTÓRIA E IDEOLOGIA

Em princípio, todos os fenômenos culturais podem ser tratados do ponto de vista histórico. Isso significa, geralmente, a descrição das formas como eles se manifestam nos diversos momentos históricos. O historicismo mais linear e grosseiro do século XIX tem sido substituído por uma concepção mais moderna, principalmente após o advento do estruturalismo, mediante propostas teóricas como as de Foucault e Althusser, sobretudo as reflexões sobre poder e ideologia. No caso da leitura, têm aparecido alguns textos preocupados em revelar as estruturas político-ideológicas que se escondem atrás das instituições, determinando o comportamento do leitor na sua relação com o texto. Tal é o caso do recente trabalho de E. P. Orlandi (1983) sobre as formas do discurso. Ela sugere que é importante investigar-se a história do sujeito-leitor e a forma como ele é determinado pelos condicionamentos históricos, levando-se em consideração dois tipos de leitura que ela chama de **parafrástica** e **polissêmica**, ou seja, aquela caracterizada pelo simples reconhecimento do sentido dado pelo autor, e a que permite atribuição de vários sentidos ao texto.

A importância desse tipo de proposta é indiscutível. Trata-se de examinar o fenômeno leitura sem isolá-lo das condições ideológicas que o possibilitam, tentando compreender, principalmente, a forma como as instituições o condicionam. Efetivamente, como bem enfatiza Althusser (1974), a ideologia também se expressa na prática social, cultural, religiosa, etc. Ler de uma ou de outra maneira, já é fazê-lo ideologicamente.

Dentro dessa perspectiva, parece, realmente, uma proposta promissora a discussão sobre leitura **parafrástica** e **polissêmica** no contexto do capitalismo moderno. Poder-se-ia supor, por exemplo, que o leitor, dentro do sistema, é uma espécie de sujeito em liberdade condicional. É estimulado a ler, até forçado, muitas vezes, a

fazê-lo, mas deve respeitar as regras do jogo da leitura, como diria e segundo Wittgenstein. Até a abertura da leitura polissêmica parece controlada, e a escola, normalmente, não a propõe, sugerindo o respeito a um rigor interpretativo que o próprio texto não demonstra pretender.

O caso típico que evidencia, no âmbito escolar, essa situação de leitura, ocorre nas aulas de interpretação de texto em que o professor, na maioria das vezes, insiste numa resposta única, provocando discussões até agressivas por parte dos alunos que defendem a tese da pluralidade significativa do trecho que leram. O professor é, nesse momento, um sacerdote inconsciente do aparelho ideológico escolar, dirigindo o ritual da leitura em nome do argumento da autoridade. Poder-se-ia supor, além disso, que, nesse tipo de caso, a escola, como uma célula ideológica do modo de produção capitalista, reproduz, isomorficamente, as suas leis mais gerais. Sugere uma democracia ideal ao atribuir responsabilidade máxima ao sujeito, que é, na verdade, controlado, de maneira rigorosa por estruturas subjacentes político-culturais e, parafraseando novamente Althusser, determinado, em última instância, pela base econômica. O proletário também descobre o valor do consumo e da cultura. Terá algum salário e alguma escola, e essa é a sua liberdade. Deverá, no entanto, constituir-se como sujeito social, com o salário-mínimo e como sujeito cultural, com os polígrafos modestos e a modesta biblioteca que a própria instituição oferece, e é essa a sua liberdade. Livros? os didáticos talvez.

Esse quadro, um tanto sombrio, que se agrava no contexto educacional brasileiro do momento, deve ser ponto indispensável de reflexão crítica para os professores em geral e, no caso da leitura, para os especialistas em linguagem. A escola funciona sempre ideologicamente e, mesmo nas suas manifestações aparentemente mais inocentes, como o ato de ler, dentro ou fora da escola, está a serviço do sistema com uma fidelidade natural e sem traumas.

Cabe, entretanto, ao lado do papel indiscutivelmente ideológico da escola na determinação do sujeito-leitor, trazer, lamentavelmente, uma circunstância ainda mais grave para a análise do problema. A escola já não é mais o AIE privilegiado do nosso século, senão para os ingênuos e otimistas, sendo substituída gradativamente pelos meios de massa, que não têm nenhum pudor, na sua missão incansável de ditadura parda.

### 3 — A CULTURA DE MASSA: O TEXTO, A IMAGEM, A INFORMAÇÃO

A abordagem histórica e ideológica, que é de vital importância para a perspectiva de uma nova prática pedagógica da leitura, não pode, entretanto, ficar nas puras considerações de uma história linear e simplificadoria. O historicismo é um método pobre como bem observa Popper (1957). No próprio seio do marxismo ele já foi condenado pelos trabalhos de Althusser (1968). É preciso lembrar com Hintikka (1976) que a tese de Brentano coloca os fenômenos intencionais como sujeitos à compreensão, mas não autoriza o uso disperso de conceitos como ideologia, poder, formação social, discursiva, etc., que, soltos, não chegam a construir um sistema conceitual vigoroso. No fenômeno da leitura, por exemplo, a ilustração da história leva à compreensão da prática pedagógica das escolas contemporâneas, mas não possibilita penetrar mais especificamente nas características estruturais do problema. Trata-se, portanto, de fazer a abordagem histórica vir acompanhada de uma análise mais interna do fenômeno-leitura para esclarecê-lo melhor. Essa, aliás, parece ser uma das intenções do texto de E. Oriandi, anteriormente referido, ao sugerir a articulação dos conceitos de leitura parafrástica e polissêmica dentro da história do sujeito-leitor. Para nós, entretanto, a questão do conteúdo interpretativo e dos condicionamentos ideológicos da escola é menos grave que a questão da forma do texto escrito em relação ao condicionamento da imagem e da informação nos meios de massa. Se não, vejamos.

O contexto comunicacional contemporâneo privilegia, nos países industrializados, e em especial no Brasil, os chamados meios de massa. Destaquemos, entre eles, o jornal, a televisão e o livro, para um breve paralelo.

O homem das grandes metrópoles, uma espécie de exilado urbano, consome, diariamente, a informação. Ela pode ser, efetivamente, a mesma no jornal, na TV e, até, no livro. A forma, entretanto, como a linguagem se articula apresenta notáveis e profundas distinções, altamente significativas, em nosso entendimento, para uma elucidação do fenômeno-leitura no contexto atual.

O texto escrito do livro, por exemplo, possui a sua propriedade essencial na argumentação lógica tecida ao longo dos parágrafos. A informação está submetida à explicação e o caráter analítico se sobrepõe ao sintético para situar kantianamente o problema. A linearidade das sentenças, seu encadeamento lógico nos períodos e destes nos parágrafos até a confecção interna de uma obra teórica envolve uma forma lógica, num sentido privilegiado, aqui, completamente distinta daquela do jornal, onde predomina a manchete, o trecho curto e sintético, a informação sobre a análise, a variedade dos temas sobre a unidade teórica.

E que dizer de imagem, do signo icônico peirceanamente tomado, da forma globalizante, analógica e instantânea de veicular a informação?

A lógica formal do texto escrito que se expressa no encadeamento de símbolos arbitrários, linha após linha, é o próprio fundamento da leitura tradicional. O tempo psicológico do texto é a constituição da ordem cultural, e a arbitrariedade do signo lingüístico é a própria possibilidade de abstração para o entendimento das estruturas subjacentes aos fatos. Mas o texto longo sofre, hoje, o ataque mortal das imagens, que não tem atrás, e da linguagem fragmentada das manchetes, que não tem análise, e é, por isso, que uma criança de dez anos, hoje, já recebeu, pelo jornal e pela televisão, mais informação que Aristóteles, mas chegará a adulto com dificuldades impressionantes de compreender os silogismos mais simples e produzindo redações que são verdadeiras confissões de imbecilidade.

O verdadeiro crime cultural do sistema não é usar o método escolar para condicionar a capacidade de interpretar do aluno, mais do que isso, é força-lo à leitura de fragmentos soltos e imagens intermináveis que não levam a nada, num ataque definitivo, não só ao aluno, mas à própria escola, no rumo da alienação das massas.

## BIBLIOGRAFIA

- ALTHUSSER, L. et alii (1968). *Ler o Capital*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1980.
- ALTHUSSER, L. (1974). *Aparelhos ideológicos de Estado. Posições-2*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1980.
- CHOMSKY, N. et alii (1979). *Teorias de linguagem, teorias de aprendizagem*. São Paulo, Editora Cultrix; Editora da Universidade de São Paulo, 1983.
- HINTKKA, J. et alii (1976). *Ensayos sobre explicación y comprensión*. Madrid, Alianza Editorial, 1980.
- LAULAN, A.M.T. (1972). *Imagem e comunicação*. São Paulo, Edições Melhoramentos, 1976.
- ORLANDI, E. P. (1983). *A Linguagem e seu funcionamento. As formas do discurso*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1983.
- ORLANDI, E. P. (1985). *A história do sujeito-leitor: uma questão para a leitura*. Original ditilografado para o Seminário de Ciências da Linguagem e a Formação do Leitor.
- POPPER, K. (1957). *A miséria do historicismo*. São Paulo, Editora Cultrix; Editora da Universidade de São Paulo, 1980.
- VON WRIGHT, G.H. (1971). *Explicación y comprensión*. Madrid, Alianza Editorial, 1979.
- WILLIAMS, R. (1971). *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979.